



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025, ÀS DEZOITO HORAS, PARA APRESENTAÇÃO E EXPLANAÇÃO PELO PODER EXECUTIVO DO PROJETO DE LEI Nº 116/2025, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2026-2029 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas, nesta cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo, no Palácio Oito de Agosto, sito na Rua Venezuela, nº 3819, Praça Vereador Viana Filho, Vila América, onde situa-se o Poder Legislativo, realizou-se **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com transmissão simultânea e aberta à participação popular pelo canal oficial no YouTube da Câmara Municipal de Votuporanga, para apresentação, pelo autor Poder Executivo, do **PROJETO DE LEI Nº 116/2025, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2026-2029 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**. A audiência contou com a presença dos vereadores Débora Romani, Emerson Pereira e Ricardo Bozo, com a presença de representantes do Executivo, sendo eles o Secretário Municipal da Fazenda Deosdete Aparecido Vechiato, acompanhado das servidoras públicas Daniely Figueiredo Puerta Ferreira e Dayene de Araujo Marques, bem como com a presença dos servidores desta Casa Legislativa Jocenir Fabio de Souza, Junior Faria Vitor, Larissa Marta Silva Cardoso e Thiago Ruvieri Delalibera e dos munícipes Emerson Alexandre Reganin e Everton Lopes Belai, conforme lista de presença em anexo. O vereador **EMERSON PEREIRA** assumiu a presidência cumprimentando a todos e informando que a presente audiência tem por finalidade a explanação acerca da primeira peça orçamentária referente ao exercício de 2026, isto é, a respeito do **PROJETO DE LEI Nº 116/2025**, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2026-2029 e dá outras providências. Declarada aberta a audiência, foi passada a palavra ao Secretário Municipal da Fazenda, Deosdete Vechiato, que agradeceu a presença de todos e passou a palavra à servidora Daniely Figueiredo Puerta Ferreira, esta com a palavra apresentou as **RECEITAS PREVISTAS** por órgão e exercício, sendo para a Prefeitura Municipal de Votuporanga, no ano de 2026, o valor de R\$ 593.925.000,00 (quinhentos e noventa e três milhões, novecentos e vinte e cinco mil reais), no ano de 2027, o valor de R\$ 615.273.000,00 (seiscentos e quinze milhões, duzentos e setenta e três mil reais), no ano de 2028, o valor de R\$ 644.209.000,00 (seiscentos e quarenta e quatro milhões, duzentos e nove mil reais) e no ano de 2029, o valor de R\$ 697.721.000,00 (seiscentos e noventa e sete milhões, setecentos e vinte e um mil reais), para a Autarquia SAEV Ambiental, no ano de 2026, o valor de R\$ 83.940.000,00 (oitenta e três milhões, novecentos e quarenta mil reais), no ano de 2027, o valor de R\$ 91.960.000,00 (noventa e um milhões, novecentos e sessenta mil reais), no ano de 2028, o valor de R\$ 96.570.000,00 (noventa e seis milhões, quinhentos e setenta mil reais) e no ano de 2029, o valor de R\$ 99.760.000,00 (noventa e nove milhões, setecentos e sessenta mil reais), para o Instituto de Previdência – Votuprev, no ano de 2026, o valor de R\$ 68.988.000,00 (sessenta e oito milhões, novecentos e oitenta e oito mil reais), no ano de 2027, o valor de R\$ 72.893.000,00 (setenta e dois milhões, oitocentos e noventa e três mil reais), no ano de 2028, o valor de R\$ 77.237.000,00 (setenta e sete milhões, duzentos e trinta e sete mil reais) e no ano de 2029, o valor de R\$ 81.821.000,00 (oitenta e um milhões, oitocentos e vinte e um mil reais), sendo destacado que a Câmara Municipal está inclusa dentro da receita prevista da Prefeitura, por não possuir receita própria, resultando assim, para o ano de 2026, um total geral de receitas previstas para o Município de Votuporanga em R\$ 746.853.000,00 (setecentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e três mil reais), para 2027, R\$ 780.126.000,00 (setecentos e oitenta milhões, cento e vinte e seis mil reais), para 2028, R\$ 818.016.000,00 (oitocentos e dezoito milhões e dezesseis mil reais) e para 2029, R\$ 879.302.000,00 (oitocentos e setenta e nove milhões, trezentos e dois mil reais), em seguida, seguiu com a divisão das receitas por **FONTES DE RECURSOS**, destacando-se que, por meio da Fonte 1 – Tesouro Municipal, estima-se em 2026 a receita de R\$ 407.679.000,00 (quatrocentos e sete milhões, seiscentos e setenta e nove mil reais), em 2027, R\$ 429.260.000,00 (quatrocentos e vinte e nove milhões, duzentos e

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

sessenta mil reais), em 2028, R\$ 443.586.000,00 (quatrocentos e quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e seis mil reais) e em 2029, R\$ 480.962.000,00 (quatrocentos e oitenta milhões, novecentos e sessenta e dois mil reais), por meio da Fonte 2 – Transferências e Convênios Estaduais, estima-se em 2026 a receita de R\$ 116.919.000,00 (cento e dezesseis milhões, novecentos e dezenove mil reais), em 2027, R\$ 116.148.000,00 (cento e dezesseis milhões, cento e quarenta e oito mil reais), em 2028, R\$ 125.658.000,00 (cento e vinte e cinco milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil reais), em 2029, R\$ 136.035.000,00 (cento e trinta e seis milhões e trinta e cinco mil reais), por meio da Fonte 5 – Transferências e Convênios Federais, estima-se em 2026 a receita de R\$ 69.217.000,00 (sessenta e nove milhões, duzentos e dezessete mil reais), em 2027, R\$ 69.865.000,00 (sessenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil reais), em 2028, R\$ 74.965.000,00 (setenta e quatro milhões, novecentos e sessenta e cinco mil reais), em 2029, R\$ 80.724.000,00 (oitenta milhões, setecentos e vinte e quatro mil reais) e por meio da Fonte 7 – Operação de crédito, para o ano de 2026, o restante de saldo de empréstimo firmado em anos anteriores em R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), totalizando então para a Prefeitura Municipal, para o ano 2026, o total estimado em receitas de R\$ 593.925.000 (quinhentos e noventa e três milhões, novecentos e vinte e cinco mil reais), para 2027, R\$ 615.273.000,00 (seiscentos e quinze milhões, duzentos e setenta e três mil reais), para 2028, R\$ 644.209.000,00 (seiscentos e quarenta e quatro milhões, duzentos e nove mil reais) e para 2029, R\$ 697.721.000,00 (seiscentos e noventa e sete milhões, setecentos e vinte e um mil reais), já referente à Autarquia SAEV ambiental, apenas a Fonte de Recurso 4, que trata-se de recursos próprios da Administração Indireta, sendo para o ano de 2026, a previsão de R\$ 83.940.000,00 (oitenta e três milhões, novecentos e quarenta mil reais), para 2027, R\$ 91.960.000 (noventa e um milhões, novecentos e sessenta mil reais), para 2028, R\$ 96.570.000,00 (noventa e seis milhões, quinhentos e setenta mil reais) e para 2029, R\$ 99.760.000,00 (noventa e nove milhões, setecentos e sessenta mil reais) e já para o Votuprev, também proveniente de Fonte de Recurso 4, já que trata-se de recursos próprios da Administração Indireta, para o ano de 2026, a previsão de R\$ 68.988.000,00 (sessenta e oito milhões, novecentos e oitenta e oito mil reais), para 2027, R\$ 72.893.000,00 (setenta e dois milhões, oitocentos e noventa e três mil reais), para 2028, R\$ 77.237.000,00 (setenta e sete milhões, duzentos e trinta e sete mil reais) e para o ano de 2029, R\$ 81.821.000,00 (oitenta e um milhões, oitocentos e vinte e um mil reais), resultando, reiteradamente, o valor total do orçamento do município previsto para o ano de 2026 em R\$ 746.853.000,00 (setecentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e três mil reais), para 2027, R\$ 780.126.000,00 (setecentos e oitenta milhões, cento e vinte e seis mil reais), para 2028, R\$ 818.016.000,00 (oitocentos e dezoito milhões e dezesseis mil reais) e para 2029, R\$ 879.302.000,00 (oitocentos e setenta e nove milhões, trezentos e dois mil reais), a servidora destacou que as receitas municipais são compostas então pelas Fontes de Recurso 1 - Tesouro Municipal, 2 - Transferências Estaduais, 5 - Transferências Federais, 7 - Operação de Crédito e 4 - Recursos Próprios da Administração Indireta, ressaltou-se ainda que, por se tratar do Plano Plurianual, com vigência de quatro anos, os valores ora previstos serão reavaliados e atualizados anualmente, conforme o cenário econômico vigente, em audiências públicas realizadas neste mesmo período perante esta Casa Legislativa, continuamente, foram apresentadas as despesas correntes e de capital do Município separadas por categoria econômica, sendo as **DESPESAS CORRENTES** da Prefeitura previstas e destinadas à manutenção da máquina pública, para o ano de 2026, em R\$ 526.255.200,00 (quinhentos e vinte e seis milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais), em 2027, R\$ 566.707.000,00 (quinhentos e sessenta e seis milhões, setecentos e sete mil reais), em 2028, R\$ 599.440.000,00 (quinhentos e noventa e nove milhões, quatrocentos e quarenta mil reais) e em 2029, R\$ 652.129.000,00 (seiscentos e cinquenta e dois milhões, cento e vinte e nove mil reais),

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

já a previsão de **DESPESAS DE CAPITAL**, que comportam os investimentos, sejam obras ou aquisição de material permanente, para o ano de 2026, previsão de R\$ 55.276.700,00 (cinquenta e cinco milhões, duzentos e setenta e seis mil e setecentos reais), em 2027, R\$ 36.390.000,00 (trinta e seis milhões, trezentos e noventa mil reais), em 2028, R\$ 32.048.000,00 (trinta e dois milhões e quarenta e oito mil reais) e em 2029, R\$ 32.306.000,00 (trinta e dois milhões, trezentos e seis mil reais), sendo esclarecido que a diferença verificada entre os exercícios de 2026 e 2027 decorre da previsão de conclusão de obras durante o exercício de 2026, as quais, portanto, não se estenderão para o exercício seguinte, sendo os valores correspondentes, caso haja necessidade de prorrogação de algum projeto, atualizados no exercício de 2027, mediante as devidas alterações orçamentária, em seguida, a servidora complementou sua explanação informando que a **RESERVA DE CONTINGÊNCIA** para eventuais imprevistos foi fixada em R\$ 1.185.100,00 (um milhão, cento e oitenta e cinco mil e cem reais) para 2026 e R\$ 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais) para os demais exercícios, totalizando então para a Prefeitura de Votuporanga, no ano de 2026, o orçamento de R\$ 582.717.000,00 (quinhentos e oitenta e dois milhões, setecentos e dezessete mil reais), no ano de 2027 R\$ 604.347.000,00 (seiscentos e quatro milhões, trezentos e quarenta e sete mil reais), no ano de 2028 R\$ 632.742.000,00 (seiscentos e trinta e dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil reais) e 2029 R\$ 685.685.000,00 (seiscentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil reais), já para a Câmara Municipal, voltada para as despesas correntes, isto é, despesas de manutenção da casa, a previsão para 2026 está em de R\$ 9.987.000,00 (nove milhões, novecentos e oitenta e sete mil reais), para 2027, em R\$ 10.481.000,00 (dez milhões, quatrocentos e oitenta e um mil reais), para 2028, em R\$ 10.997.000,00 (dez milhões, novecentos e noventa e sete mil reais) e para 2029, o valor de R\$ 11.541.000,00 (onze milhões, quinhentos e quarenta e um mil reais), já as despesas de capital previstas para a Câmara Municipal, isto é, destinada a obras ou aquisição de material permanente, em 2026, previsão de R\$ 1.221.000,00 (um milhão, duzentos e vinte e um mil reais), em 2027, R\$ 445.000,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), em 2028, R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais) e em 2029 R\$ 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais), totalizando o orçamento previsto para a Câmara Municipal em 2026 de R\$ 11.208.000,00 (onze milhões, duzentos e oito mil reais), em 2027, R\$ 10.926.000,00 (dez milhões, novecentos e vinte e seis mil reais), em 2028, R\$ 11.467.000,00 (onze milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil reais) e em 2029 R\$ 12.036.000,00 (doze milhões e trinta e seis mil reais), compondo assim, o orçamento da Administração Direta, ou seja, Prefeitura e Câmara Municipal. A servidora prosseguiu informando que o Plano Plurianual dos próximos anos para a SAEV ambiental estima as despesas correntes, para a manutenção da Autarquia, em 2026, o valor de R\$ 73.001.000,00 (setenta e três milhões e um mil reais), em 2027, R\$ 77.662.000,00 (setenta e sete milhões, seiscentos e sessenta e dois mil reais), em 2028, R\$ 80.091.000,00 (oitenta milhões e noventa e um mil reais) e em 2029, R\$ 82.506.000,00 (oitenta e dois milhões, quinhentos e seis mil reais), já as despesas de capital da SAEV, voltadas para investimento, sejam obras ou aquisição de material e equipamento permanente, para o ano de 2026, o montante de R\$ 10.339.000,00 (dez milhões, trezentos e trinta e nove mil reais), para 2027, R\$ 13.698.000,00 (treze milhões, seiscentos e noventa e oito mil reais), para 2028, R\$ 15.879.000,00 (quinze milhões, oitocentos e setenta e nove mil reais) e para 2029, R\$ 16.654.000,00 (dezesseis milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil reais) e sendo a reserva de contingência, para eventuais e imprevistas despesas, para os quatro anos do Plano Plurianual da SAEV, prevista em R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), totalizando então o PPA da SAEV para 2026 em R\$ 83.940.000,00 (oitenta e três milhões, novecentos e quarenta mil reais), para 2027, R\$ 91.960.000,00 (noventa e um milhões, novecentos e sessenta mil reais), para 2028, R\$ 96.570.000,00 (noventa e seis milhões, quinhentos e setenta mil reais) e para 2029 R\$ 99.760.000,00 (noventa e nove milhões, setecentos e sessenta mil reais) e por fim, o Plano Plurianual dos próximos anos para o Instituto de Previdência –

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Votuprev estima as despesas correntes, para a manutenção da Autarquia, em 2026, o valor de R\$ 24.088.000,00 (vinte e quatro milhões, oitenta e oito mil reais), em 2027, R\$ 27.384.000,00 (vinte e sete milhões, trezentos e oitenta e quatro mil reais), em 2028, R\$ 32.105.000,00 (trinta e dois milhões, cento e cinco mil reais) e em 2029, R\$ 36.933.000,00 (trinta e seis milhões, novecentos e trinta e três mil reais), já as despesas de capital do Instituto, voltadas para investimentos, sejam obras ou aquisição de material e equipamento permanente, para o ano de 2026, o montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para 2027, R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), para 2028, R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais) e para 2029, R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), sendo a reserva de contingência da Autarquia, utilizada para o pagamento da aposentadoria e a pensão dos servidores públicos do município de Votuporanga e por isso seu valor maior, para o ano de 2026, previsão de R\$ 44.840.000,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta mil reais), para 2027, R\$ 45.445.000,00 (quarenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), para 2028, R\$ 45.064.000,00 (quarenta e cinco milhões, sessenta e quatro mil reais) e para 2029, R\$ 44.816.000,00 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e dezesseis mil reais), totalizando o PPA do Votuprev, para o ano de 2026, no montante de R\$ 68.988.000,00 (sessenta e oito milhões, novecentos e oitenta e oito mil reais), para 2027, R\$ 72.893.000,00 (setenta e dois milhões, oitocentos e noventa e três mil reais), para 2028, R\$ 77.237.000,00 (setenta e sete milhões, duzentos e trinta e sete mil reais) e para 2029, R\$ 81.821.000,00 (oitenta e um milhões, oitocentos e vinte e um mil reais), totalizando então um Plano Plurianual para os próximos quatro anos do Município previstos, para o ano de 2026, em R\$ 746.853.000,00 (setecentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e três mil reais), para 2027, R\$ 780.126.000,00 (setecentos e oitenta milhões, cento e vinte e seis mil reais), para 2028, R\$ 818.016.000,00 (oitocentos e dezoito milhões e dezesseis mil reais) e para 2029, R\$ 879.302.000,00 (oitocentos e setenta e nove milhões, trezentos e dois mil reais). A servidora prosseguiu informando que já os valores previstos para investimentos, entre Prefeitura, Câmara Municipal, SAEV ambiental e Votuprev, o Plano Plurianual para 2026 apresenta a previsão de R\$ 66.896.700,00 (sessenta e seis milhões, oitocentos e noventa e seis mil e setecentos reais), para o ano de 2027, previsão de R\$ 50.597.000,00 (cinquenta milhões, quinhentos e noventa e sete mil reais), para 2028 previsão de R\$ 48.465.000,00 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais) e para 2029 R\$ 49.527.000,00 (quarenta e nove milhões, quinhentos e vinte e sete mil reais). Logo depois, apresentou-se o Plano Plurianual dividido entre as Secretarias e Órgãos correspondentes ao município de Votuporanga, sendo reiterado os valores previstos à Câmara Municipal e informado que para o Gabinete do Prefeito, que contempla o Gabinete, a Controladoria Geral do Município, Ouvidoria Geral do Município e o Procon, estima-se para 2026, um valor previsto de R\$ 4.257.500,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), para 2027, R\$ 4.546.000,00 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e seis mil reais), para 2028 R\$ 4.869.000,00 (quatro milhões, oitocentos e sessenta e nove mil reais) e para 2029 R\$ 5.104.000,00 (cinco milhões, cento e quatro mil reais), sendo destacado que engloba-se nesses valores tanto os salários quanto as despesas de manutenção, expediente e limpeza daquela pasta, já para a Secretaria Municipal de Governo, previsão do PPA para 2026 em R\$ 6.781.000,00 (seis milhões, setecentos e oitenta e um mil reais), para 2027, R\$ 7.453.000,00 (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil reais), para 2028, R\$ 7.848.000,00 (sete milhões, oitocentos e quarenta e oito mil reais) e para 2029, R\$ 8.055.000,00 (oito milhões e cinquenta e cinco mil reais), já para a Secretaria Municipal de Educação, previsão em 2026, na ordem de R\$ 194.214.700,00 (cento e noventa e quatro milhões, duzentos e quatorze mil e setecentos reais), em 2027, R\$ 208.125.000,00 (duzentos e oito milhões, cento e vinte e cinco mil reais), em 2028, R\$ 222.985.000,00 (duzentos e vinte e dois milhões, novecentos e oitenta e cinco mil reais) e em 2029, R\$ 241.639.000,00 (duzentos e quarenta e um milhões, seiscentos e trinta e nove mil reais), para a Procuradoria Geral do Município, em 2026, R\$ 4.121.000,00 (quatro milhões, cento e vinte e um mil reais), em 2027 R\$

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

4.565.000,00 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil reais), em 2028, R\$ 4.836.000,00 (quatro milhões, oitocentos e trinta e seis mil reais) e em 2029, R\$ 5.123.000,00 (cinco milhões, cento e vinte e três mil reais), para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico previsão em 2026 de R\$ 3.509.000,00 (três milhões, quinhentos e nove mil reais), em 2027, R\$ 3.842.000,00 (três milhões, oitocentos e quarenta e dois mil reais), em 2028, R\$ 4.064.000,00 (quatro milhões, sessenta e quatro mil reais) e em 2029, R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), para a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, no ano de 2026, previsão de R\$ 9.513.000,00 (nove milhões, quinhentos e treze mil reais), para 2027, R\$ 9.157.000,00 (nove milhões, cento e cinquenta e sete mil reais), para 2028, R\$ 9.581.000,00 (nove milhões, quinhentos e oitenta e um mil reais) e para 2029, R\$ 10.137.000,00 (dez milhões, cento e trinta e sete mil reais), para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, previsão para 2026 em R\$ 2.450.000,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), para 2027, R\$ 2.616.000,00 (dois milhões, seiscentos e dezesseis mil reais), para 2028, R\$ 2.770.000,00 (dois milhões, setecentos e setenta mil reais) e para 2029, R\$ 2.931.000,00 (dois milhões, novecentos e trinta e um mil reais), para a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, previsão para o ano de 2026, em R\$ 11.138.000,00 (onze milhões, cento e trinta e oito mil reais), para 2027, R\$ 12.071.000,00 (doze milhões, setenta e um mil reais), para 2028, R\$ 12.689.000,00 (doze milhões, seiscentos e oitenta e nove mil reais), e para 2029, R\$ 13.576.000,00 (treze milhões, quinhentos e setenta e seis mil reais), para a Secretaria Municipal da Fazenda, previsão de R\$ 9.040.000,00 (nove milhões e quarenta mil reais) para 2026, R\$ 9.986.000,00 (nove milhões, novecentos e oitenta e seis mil reais) para 2027, R\$ 10.546.000,00 (dez milhões, quinhentos e quarenta e seis mil reais) para 2028 e R\$ 11.196.000,00 (onze milhões, cento e noventa e seis mil reais) para 2029, para a Secretaria Municipal da Administração, R\$ 12.769.000,00 (doze milhões, setecentos e sessenta e nove mil reais) para 2026, R\$ 14.935.000,00 (quatorze milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais) para 2027, R\$ 15.377.000,00 (quinze milhões, trezentos e setenta e sete mil reais) para 2028 e R\$ 17.621.000,00 (dezessete milhões, seiscentos e vinte e um mil reais) para 2029, para a Secretaria Municipal da Saúde, para o ano de 2026, previsão de R\$ 159.589.700,00 (cento e cinquenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e nove mil e setecentos reais), para 2027, R\$ 167.425.000,00 (cento e sessenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil reais), para 2028, R\$ 176.048.000,00 (cento e setenta e seis milhões, quarenta e oito mil reais) e para 2029, R\$ 192.270.000,00 (cento e noventa e dois milhões, duzentos e setenta mil reais), para a Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, previsão para o ano de 2026, em R\$ 12.892.000,00 (doze milhões, oitocentos e noventa e dois mil reais), para 2027, R\$ 13.805.000,00 (treze milhões, oitocentos e cinco mil reais), para 2028, R\$ 14.394.000,00 (quatorze milhões, trezentos e noventa e quatro mil reais) e para 2029, R\$ 15.360.000,00 (quinze milhões, trezentos e sessenta mil reais), para a Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança, previsão em 2026, de R\$ 15.162.000,00 (quinze milhões, cento e sessenta e dois mil reais), em 2027, R\$ 16.595.000,00 (dezesseis milhões, quinhentos e noventa e cinco mil reais), em 2028, R\$ 16.864.000,00 (dezesseis milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil reais) e em 2029, R\$ 19.105.000,00 (dezenove milhões, cento e cinco mil reais). A senhora Daniely Puerta prosseguiu informando acerca da previsão para os **ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**, isto é, onde contemplam-se a reserva de contingência, conforme anteriormente apresentada, bem como as despesas referentes ao pagamento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs), decorrentes de sentenças judiciais, incluindo-se, ainda, o recolhimento do PASEP, cujo valor é deduzido diretamente das receitas recebidas pelo Município, sendo o valor previsto no PPA para o ano de 2026, em R\$ 40.704.100,00 (quarenta milhões, setecentos e quatro mil e cem reais), em 2027, R\$ 43.135.000,00 (quarenta e três milhões, cento e trinta e cinco mil reais), em 2028, R\$ 45.393.000,00 (quarenta e cinco milhões, trezentos e noventa e três mil reais) e em 2029, R\$ 48.084.000,00 (quarenta e oito milhões, oitenta e quatro mil reais), para a Secretaria Municipal da Assistência Social, previsão para 2026 de R\$

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

23.141.000,00 (vinte e três milhões, cento e quarenta e um mil reais), para 2027, R\$ 26.681.000,00 (vinte e seis milhões, seiscentos e oitenta e um mil reais), para 2028, R\$ 28.302.000,00 (vinte e oito milhões, trezentos e dois mil reais) e para 2029, R\$ 30.339.000,00 (trinta milhões, trezentos e trinta e nove mil reais), para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a previsão para 2026 é de R\$ 1.009.000,00 (um milhão, nove mil reais), para 2027 R\$ 1.069.000,00 (um milhão, sessenta e nove mil reais), para 2028 R\$ 1.132.000,00 (um milhão, cento e trinta e dois mil reais) e para 2029 R\$ 1.199.000,00 (um milhão, cento e noventa e nove mil reais), para o Fundo Municipal do Idoso a previsão para 2026 é de R\$ 634.000,00 (seiscentos e trinta e quatro mil reais), para 2027 R\$ 671.000,00 (seiscentos e setenta e um mil reais), para 2028 R\$ 710.000,00 (setecentos e dez mil reais) e para 2029 R\$ 751.000,00 (setecentos e cinquenta e um mil reais), em seguida, destacou-se que ambos os fundos são constituídos a partir da campanha “Leão Amigo da Criança e do Idoso”, desenvolvida em parceria entre a Prefeitura Municipal, entidades locais, pessoas físicas e escritórios de contabilidade, sendo que, por meio dessa iniciativa, parte do imposto de renda devido pelos contribuintes é destinada diretamente aos referidos fundos, possibilitando o repasse de maiores recursos às entidades cadastradas. Destacou-se, ainda, que há perspectivas de aumento na arrecadação local, conforme orientação apresentada em palestra proferida por auditor da Receita Federal, reforçando a importância do trabalho conjunto entre os envolvidos para ampliação dos valores destinados aos fundos, continuamente, prosseguiu informando que já para a Secretaria Municipal do Bem-Estar Animal, a previsão orçamentária para o ano de 2026, é de R\$ 3.022.000,00 (três milhões e vinte e dois mil reais), para 2027 é de R\$ 3.290.000,00 (três milhões, duzentos e noventa mil reais), para 2028 é de R\$ 3.478.000,00 (três milhões, quatrocentos e setenta e oito mil reais) e para 2029 o montante de R\$ 4.151.000,00 (quatro milhões, cento e cinquenta e um mil reais), para o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher é previsto para 2026, o valor de R\$ 745.000,00 (setecentos e quarenta e cinco mil reais), para 2027, R\$ 822.000,00 (oitocentos e vinte e dois mil reais), para 2028, R\$ 869.000,00 (oitocentos e sessenta e nove mil reais) e para 2029, R\$ 919.000,00 (novecentos e dezenove mil reais), para a Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Gabinete Civil, previsão para o ano de 2026 em R\$ 2.962.000,00 (dois milhões, novecentos e sessenta e dois mil reais), para 2027, R\$ 2.853.000,00 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e três mil reais), para 2028, R\$ 3.007.000,00 (três milhões e sete mil reais) e para 2029, R\$ 3.174.000,00 (três milhões, cento e setenta e quatro mil reais), já para a Secretaria Municipal de Obras Públicas, para o ano de 2026, previsão de R\$ 45.165.000,00 (quarenta e cinco milhões, cento e sessenta e cinco mil reais), para 2027, R\$ 28.514.000,00 (vinte e oito milhões, quinhentos e quatorze mil reais), para 2028, R\$ 23.687.000,00 (vinte e três milhões, seiscentos e oitenta e sete mil reais) e para 2029, R\$ 24.509.000,00 (vinte e quatro milhões, quinhentos e nove mil reais), sendo observado que a diferença refere-se às obras previstas para 2026, com expectativa de conclusão no mesmo ano e sem repasse para o ano de 2027, em seguida, demonstrou que para a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos a previsão para o ano de 2026 é de R\$ 19.898.000,00 (dezenove milhões, oitocentos e noventa e oito mil reais), para 2027, R\$ 22.191.000,00 (vinte e dois milhões, cento e noventa e um mil reais), para 2028, R\$ 23.293.000,00 (vinte e três milhões, duzentos e noventa e três mil reais) e para 2029, R\$ 26.142.000,00 (vinte e seis milhões, cento e quarenta e dois mil reais). Mais uma vez destacou-se que todos os órgãos e Secretarias compõem o Plano Plurianual da Prefeitura Municipal para os próximos quatro anos, totalizando a previsão para o ano de 2026, em R\$ 582.717.000,00 (quinhentos e oitenta e dois milhões, setecentos e dezessete mil reais), para 2027 em R\$ 604.347.000,00 (seiscentos e quatro milhões, trezentos e quarenta e sete mil reais), para 2028 em R\$ 632.742.000,00 (seiscentos e trinta e dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil reais) e para 2029 em R\$ 685.685.000,00 (seiscentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil reais), para a Autarquia SAEV Ambiental, no ano de 2026, o valor de R\$ 83.940.000,00 (oitenta e três milhões, novecentos e quarenta mil reais), no ano de 2027, o valor de R\$ 91.960.000,00

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

(noventa e um milhões, novecentos e sessenta mil reais), no ano de 2028, o valor de R\$ 96.570.000,00 (noventa e seis milhões, quinhentos e setenta mil reais) e no ano de 2029, o valor de R\$ 99.760.000,00 (noventa e nove milhões, setecentos e sessenta mil reais) e para o Instituto de Previdência – Votuprev, no ano de 2026, o valor de R\$ 68.988.000,00 (sessenta e oito milhões, novecentos e oitenta e oito mil reais), no ano de 2027, o valor de R\$ 72.893.000,00 (setenta e dois milhões, oitocentos e noventa e três mil reais), no ano de 2028, o valor de R\$ 77.237.000,00 (setenta e sete milhões, duzentos e trinta e sete mil reais) e no ano de 2029, o valor de R\$ 81.821.000,00 (oitenta e um milhões, oitocentos e vinte e um mil reais), resultando em um total geral de R\$ 746.853.000,00 (setecentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e três mil reais) para 2026, R\$ 780.126.000,00 (setecentos e oitenta milhões, cento e vinte e seis mil reais) para 2027, R\$ 818.016.000,00 (oitocentos e dezoito milhões e dezesseis mil reais) , para 2028 e R\$ 879.302.000,00 (oitocentos e setenta e nove milhões, trezentos e dois mil reais) para 2029. Em ato contínuo, foi demonstrada a previsão para a **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**, observando que esta serve de base de cálculo para o percentual da despesa de pessoal calculada no município, ou seja, considerando as receitas correntes líquidas da Prefeitura e da SAEV, para o ano de 2026, tem sua previsão na ordem de R\$ 626.280.000,00 (seiscentos e vinte e seis milhões, duzentos e oitenta mil reais), para o ano de 2027 a ordem de R\$ 675.465.000,00 (seiscentos e setenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para 2028, o montante de R\$ 711.298.000,00 (setecentos e onze milhões, duzentos e noventa e oito mil reais) e para 2029, R\$ 766.878.000,00 (setecentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e setenta e oito mil reais), Daniely informou ainda que, a receita corrente líquida serve de base de cálculo para apuração do percentual de despesa de pessoal, sendo a previsão do percentual a ser atingido em 2026 em despesa de pessoal de 43.70% (quarenta e três vírgula setenta por cento), em 2027 de 44.99% (quarenta e quatro vírgula noventa e nove por cento), em 2028 de 45.68% (quarenta e cinco vírgula sessenta e oito por cento) e em 2029 de 45.41% (quarenta e cinco vírgula quarenta e um por cento), salientou também que, a legislação determina o teto de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o executivo municipal, sendo que, ao atingir 51.30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) já é um sinal de alerta perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, diante disso, o Plano Plurianual em discussão apresenta um percentual de despesa de pessoal, para os próximos quatro anos, dentro do limite previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, seguidamente, foi apresentada a previsão de obras para os próximos quatro anos, destacando que a maioria encontra-se elencada na Secretaria Municipal de Obras, tais como, pavimentação asfáltica, recapeamento asfáltico, iluminação pública para todos, drenagem urbana, construção de pontes, viadutos e outras obras de grande porte, revitalização de vias públicas, revitalização de praças públicas e áreas de lazer, construção, reforma e adequação de passeio público, desassoreamento do córrego Marinheirinho, construção e ampliação de próprios municipais, reforma de próprios municipais, construção do Paço Municipal, construção de centro comunitário, construção do centro de lazer e construção da Casa da Juventude. Também foram elencadas as obras para a Secretaria Municipal de Cultura, como melhorias no Centro de Eventos e adequações e melhorias no Parque da Cultura, já para a Secretaria Municipal de Trânsito, está prevista a implantação de ponto de ônibus coberto e para a Secretaria Municipal de Educação, a construção e ampliação de unidades escolares, tanto CEM quanto CEMEI, além da reforma das unidades existentes, já no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, há previsão de construção e ampliação de unidades de saúde, reforma das unidades existentes e construção do consultório municipal Dr. Rui Pedroso, cuja obra já se encontra em andamento em 2025 e tem continuidade prevista para 2026, além das obras, informou-se que, estão previstas também a aquisição de equipamentos e material permanente, amortização da dívida e aquisição de imóveis para a Prefeitura Municipal de Votuporanga, totalizando o montante de R\$ 60.699.000,00 (sessenta milhões, seiscentos e noventa e nove mil reais) para 2026, R\$ 41.021.000,00 (quarenta e um milhões, vinte e um mil reais) para 2027, R\$ 36.114.000,00 (trinta e seis

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

milhões, cento e quatorze mil reais) para 2028 e R\$ 36.593.000,00 (trinta e seis milhões, quinhentos e noventa e três mil reais) para 2029. Em ato contínuo, a servidora pública prosseguiu informando as obras e projetos previstos para a Autarquia Saev Ambiental, tais como, melhoria da eficiência e expansão da infraestrutura de abastecimento de água, substituição e construção de redes coletoras, coletores tronco, interceptores e emissários, assim como reformas e manutenção em travessias de esgoto e reformas civis e adequações e sistemas de esgoto para os próximos quatro anos, melhorias e adequações das cabines de força e renovação e aquisição de equipamentos no sistema de captação de água previstas para o ano de 2026, reforma das estações de tratamento de água prevista para 2028, reforma dos reservatórios de água tratada e execução de obras de melhoria no sistema de drenagem municipal previstas para 2029, construção de prédios próprios para 2027 e 2028, aumento na capacidade da reservação de água previsto para os anos de 2027 e 2029, reformas civis e adequação de prédios próprios, com previsão para 2028 e 2029, substituição de geomembrana da ETE de Simonsen prevista para 2027 e o aumento da capacidade de produção de água no município previsto para 2028 e 2029, totalizando assim as obras previstas no Plano Plurianual da SAEV, para o ano de 2026, R\$ 6.491.026,00 (seis milhões, quatrocentos e noventa e um mil e vinte e seis reais), para 2027 R\$ 9.092.027,00 (nove milhões, noventa e dois mil e vinte e sete reais), para 2028 R\$ 10.922.000,00 (dez milhões, novecentos e vinte e dois mil reais) e para 2029 R\$ 12.477.000,00 (doze milhões, quatrocentos e setenta e sete mil reais), seguidamente, discriminou a previsão de obras na Câmara Municipal, sendo previsto apenas para o ano de 2026, a adaptação do memorial da Câmara na entrada do plenário, na ordem de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a representante do Executivo finalizou sua fala reiterando que as obras citadas compõem o PPA para os próximos quatro anos e está dentro das despesas de capital e investimentos apresentados anteriormente e colocando-se à disposição para eventuais dúvidas e esclarecimentos, realizada a explanação, o presidente da Audiência abriu a palavra para os questionamentos dos senhores vereadores ou público presente, com a palavra, a vereadora Débora Romani destacou que era a primeira reunião desse tipo da qual participava, ressaltou a importância do momento, considerando que estavam discutindo os gastos para os próximos quatro anos, seguidamente, formulou questionamento acerca das receitas apresentadas, indagando o motivo pelo qual, na primeira tabela exibida, os valores das receitas aumentam ano a ano, a servidora da Secretaria Municipal da Fazenda respondeu que tal variação ocorre em razão de um comportamento crescente das receitas, normalmente influenciado pela inflação, explicou que a maioria das receitas municipais apresenta aumento anual, citando como exemplo o IPVA, que sofre reajustes periódicos e constitui receita para o Município, informou ainda que, o cálculo da previsão é feito com base em percentuais médios de crescimento, projetando-se que a tendência de elevação se mantenha nos anos seguintes, ressaltou, contudo, que se trata de uma previsão fundamentada em dados históricos, podendo haver variações conforme o cenário econômico, tanto no sentido de redução da arrecadação quanto de arrecadação acima do previsto. A vereadora Débora Romani retomou a palavra para questionar qual o critério utilizado para a divisão dos valores entre as Secretarias Municipais, bem como de que forma é feita a destinação das receitas a cada uma delas e como ocorre esse processo de repartição, a servidora Daniely Figueiredo Puerta respondeu que a receita municipal é única, concentrada no Tesouro Municipal, que corresponde a uma conta única. Explicou que a divisão das despesas apresentada trata-se apenas de uma previsão orçamentária, elaborada com base nos gastos e despesas atualmente existentes em cada secretaria, considerando principalmente os custos com servidores, contratos e aluguéis de cada pasta, assim, a projeção parte dos valores que já são efetivamente despendidos pelas secretarias no exercício vigente, continuamente, o Secretário Municipal da Fazenda Deosdete Aparecido Vechiato complementou informando que a Secretaria Municipal da Educação possui percentual mínimo definido pela Constituição Federal, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) das receitas provenientes de impostos e transferências

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

constitucionais. Já a Secretaria Municipal da Saúde deve aplicar no mínimo 15% (quinze por cento), embora a Prefeitura costume destinar cerca de 30% (trinta por cento), ressaltou ainda que, as secretarias mencionadas já possuem recursos vinculados por determinação legal, o que as diferencia das demais e finalizou acrescentando que, após a destinação dos valores obrigatórios para Educação e Saúde, o orçamento remanescente é distribuído com base nos elementos de despesa e nas previsões fixadas, levando-se em consideração um cenário projetado para três anos. A vereadora Débora Romani questionou sobre a falta de discriminação detalhada das previsões de gastos por secretaria, mencionando que nas reuniões das comissões havia sido discutida a importância de se conhecer a destinação específica de cada valor orçado. Citou, como exemplo, a Secretaria Municipal da Fazenda, cujo orçamento previsto é de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), indagando o motivo de não serem apresentados os gastos previstos de forma pormenorizada, o Secretário Municipal da Fazenda, Deosdete Aparecido Vechiato, explicou que as três peças orçamentárias — o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) — são leis interligadas e devem apresentar compatibilidade entre os valores. Esclareceu que o PPA e a LDO são estruturados por programas e ações, enquanto a LOA contém demonstrativos detalhados das despesas, como gastos com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros (pessoa física e jurídica), equipamentos, materiais permanentes e obras, informou ainda que, cada secretaria possui esse detalhamento internamente, mas que, nas audiências públicas e reuniões trimestrais, os números são apresentados de forma sintética, devido à extensão das informações, que demandariam várias horas de exposição, ressaltou, entretanto, que a Secretaria da Fazenda permanece à disposição para prestar esclarecimentos individuais e apresentar, mediante solicitação, os detalhamentos completos dos gastos por secretaria e por rubrica orçamentária. A edil Débora Romani solicitou ainda que, fosse encaminhado aos vereadores um resumo contendo a previsão orçamentária e os gastos de todas as secretarias municipais, o Secretário Municipal da Fazenda respondeu que essas informações constam integralmente no orçamento disponível na Câmara Municipal, onde é possível consultar as despesas discriminadas por secretaria, quadro a quadro, explicou que não é encaminhada uma cópia individual do orçamento a cada vereador, uma vez que o documento encontra-se à disposição na Câmara, cabendo à própria Casa Legislativa fornecer cópias ou extratos sempre que necessário, acrescentou ainda que, a audiência pública realizada é de competência da Câmara Municipal, e que a presença da equipe da Prefeitura ocorre em caráter colaborativo, visando esclarecer dúvidas e informou, por fim, que os vereadores podem procurar o responsável pela contabilidade da Câmara para obter auxílio na análise detalhada das despesas, incluindo pessoal, material e serviços de cada secretaria. Em ato contínuo, o presidente concedeu a palavra ao vereador Ricardo Bozo, este com a palavra, solicitou retorno ao tema referente às despesas com pessoal, questionando se o percentual de 43% (quarenta e três por cento) apresentado já contempla a previsão de aumento do funcionalismo público, com a palavra, a servidora da Secretaria da Fazenda respondeu que o cálculo apresentado nas despesas com pessoal considera o aumento correspondente à inflação projetada para os próximos quatro anos, na sequência, o vereador Ricardo Bozo questionou se, além do reajuste inflacionário, existe previsão de aumento adicional para os servidores municipais, o Secretário da Fazenda tomou a palavra para esclarecer que não há previsão superior à inflação, explicando que o orçamento é elaborado com base nos índices inflacionários acrescidos de 2% (dois por cento), correspondentes ao crescimento vegetativo da folha de pagamento. Informou que, caso ocorra um aumento expressivo da arrecadação municipal, a Prefeitura poderá enviar à Câmara Municipal um projeto de lei para suplementar o orçamento e autorizar eventual reajuste superior ao previsto, exemplificando que, se houver excesso de arrecadação de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), o índice de reajuste poderia ser ampliado, mediante autorização legislativa, Deosdete ressaltou ainda que, atualmente, as receitas municipais têm crescido

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

entre 6% (seis por cento) e 7% (sete por cento) ao ano, enquanto as despesas aumentam entre 8% (oito por cento) e 10% (dez por cento). Explicou também que, de 2024 para 2025, considerando novas contratações, a despesa de pessoal crescerá cerca de 15% (quinze por cento), mesmo com o reajuste concedido de 5% (cinco por cento), o que demonstra a sazonalidade natural dos gastos com pessoal, esclareceu que, as contratações de empresas terceirizadas, tal como as responsáveis pela limpeza das creches, são contabilizadas como despesas de pessoal, pois envolvem prestação de serviços contínuos e finalizou destacando, contudo, que benefícios como cartão alimentação e convênios de saúde não entram nesse cálculo, embora sejam despesas voltadas ao bem-estar dos servidores. Com a palavra, o munícipe Everton Lopes Belai agradeceu o espaço concedido e parabenizou a equipe da Prefeitura pelo trabalho desenvolvido, em seguida, apresentou manifestação de protesto em relação à distribuição orçamentária entre as secretarias municipais, questionando a diferença de valores entre a Secretaria de Direitos Humanos, que dispõe de aproximadamente R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), e a Secretaria Municipal de Governo, cujo orçamento é de cerca de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), o munícipe afirmou não compreender como a Secretaria de Direitos Humanos consegue manter suas atividades com um valor tão inferior, considerando que outras secretarias, com menos ações e servidores, dispõem de recursos significativamente maiores, o Secretário Municipal da Fazenda, Deosdete Aparecido Vechiato, esclareceu que a Secretaria de Direitos Humanos atua de forma integrada com outras pastas, como as Secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação, não sendo responsável pela execução direta de todos os projetos, mas pela coordenação e articulação das ações intersetoriais. Informou que o montante atual destina-se à manutenção das atividades administrativas da secretaria e que aumentos orçamentários não seriam justificados diante da ausência de demanda específica para execução direta de programas, sendo o valor atual considerado suficiente para as atribuições da pasta, o munícipe retomou sua fala e manifestou discordância em relação à explicação apresentada, destacando que, em sua experiência anterior na Secretaria de Direitos Humanos, verificou falta de recursos para realização de campanhas e ações públicas, sendo comum que servidores arcassem com custos pessoais para viabilizar atividades, defendeu que a secretaria merece maior atenção e dignidade, com ampliação de recursos e espaço de atuação, sugerindo que, nas próximas discussões do PPA, a pasta participe em conjunto com os vereadores, a fim de debater e reavaliar o orçamento destinado à área de Direitos Humanos. Em seguida, novamente com a palavra, a vereadora Débora Romani destacou a importância do Fundo Municipal do Idoso, observando que a previsão orçamentária é de R\$ 634.000,00 (seiscentos e trinta e quatro mil reais), valor considerado baixo em comparação a outros fundos, especialmente diante da situação de vulnerabilidade enfrentada por muitos idosos no município, que não dispõem de locais adequados para moradia ou acolhimento ressaltou ainda que, conforme apresentado nas previsões de obras para os próximos quatro anos, não há nenhuma ação ou investimento previsto especificamente voltado à população idosa, o que considera uma falha nas políticas públicas municipais. O Secretário Municipal da Fazenda, Deosdete Aparecido Vechiato, esclareceu que o Fundo Municipal do Idoso não é o único instrumento de execução de políticas públicas voltadas a essa população informou que ações direcionadas aos idosos também estão inseridas no Fundo Municipal de Assistência Social, bem como nas Secretarias de Saúde, Educação e outras pastas, que desenvolvem programas e serviços destinados à terceira idade, explicou que os recursos do Fundo do Idoso são provenientes principalmente da campanha “Leão Amigo” e repassados às entidades assistenciais que atendem idosos, e que o município mantém Centros de Convivência do Idoso (CCIs), onde são realizados eventos e atividades voltadas ao bem-estar dessa população. A vereadora Débora Romani contrapôs, afirmando que o problema central não é a convivência diurna, mas a falta de moradias e vagas em lares de longa permanência, citando a existência de fila de espera com mais de 40 idosos, muitos deles sem familiares ou com doenças como Alzheimer, e que

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

necessitam de acolhimento integral. O Secretário Deodete respondeu que, em primeiro momento, a responsabilidade pelo cuidado dos idosos é das famílias, e que os casos de abandono ou ausência de cuidadores são encaminhados a instituições como o Lar São Vicente de Paulo e o Lar dos Velhinhos. A vereadora Débora Romani discordou, reiterando que essas instituições estão com lotação esgotada e que o valor destinado ao Fundo do Idoso não é suficiente para suprir as demandas existentes. Ao dividir o valor total por 12 meses, observou que cerca de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) mensais seriam insuficientes para o custeio das necessidades dessa população. O Secretário da Fazenda explicou que, além dos recursos do Fundo do Idoso, o município destina subvenções sociais mensais às entidades assistenciais por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, complementando o financiamento das ações voltadas aos idosos. Por fim, a vereadora Débora Romani sugeriu que, nas próximas peças orçamentárias, seja discriminada de forma mais detalhada a destinação dos recursos por público atendido, de modo que se possa identificar quanto é efetivamente investido em ações voltadas às crianças, aos idosos e demais grupos, o que permitiria planejar medidas mais eficazes de apoio à população idosa do município. Com a palavra, o vereador e presidente da audiência pública, Emerson Pereira, destacou que o Fundo Municipal do Idoso possui natureza semelhante ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo destinado ao financiamento de projetos específicos desenvolvidos por entidades de acolhimento de longa permanência. Explicou que esses projetos, geralmente de caráter sociocultural ou recreativo, têm início e fim definidos, como atividades musicais e oficinas realizadas junto aos idosos assistidos pelas instituições, o edil informou ainda que, os recursos destinados à manutenção permanente das casas de acolhimento estão inseridos no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, com previsão aproximada de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais) para custeio das ações e serviços contínuos voltados à assistência social, incluindo o atendimento integral à população idosa e ressaltou a necessidade de atuação conjunta entre o Poder Legislativo, a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Conselho/Fundo Municipal do Idoso, com o objetivo de estimular a criação de novas instituições de longa permanência em Votuporanga, tendo em vista que as três casas existentes no município encontram-se atualmente com lotação máxima, o parlamentar finalizou sua fala relatando que há instituições interessadas em se credenciar junto ao Conselho Municipal do Idoso, mas que enfrentam resistência durante o processo de cadastramento, possivelmente por receio de que a entrada de novas entidades dívida os recursos atualmente destinados às casas já existentes e enfim, enfatizou que é urgente ampliar a rede de acolhimento de longa permanência no município, como forma de prever e se preparar para a crescente demanda por vagas voltadas à população idosa, conclamando os demais vereadores a se engajarem nesse esforço conjunto. Não havendo mais nenhum questionamento, o Presidente Emerson Pereira agradeceu pelas participações e deu por encerrada a Audiência Pública. A presente Audiência foi gravada e a cópia de todos os documentos apresentados estarão à disposição dos interessados junto ao Processo Legislativo nº 392/2025, arquivados na Secretaria Administrativa da Câmara Municipal. ****ESTA ATA É UM RESUMO DO ANDAMENTO DA AUDIÊNCIA, QUE PODE SER ASSISTIDA NA ÍNTEGRA, POR MEIO DO LINK ABAIXO****. Nada mais havendo a ser tratado, eu, Larissa Marta Silva Cardoso, Servidora Pública desta Casa Legislativa, lavrei a presente ata, que será assinada digitalmente por mim e pelo Vereador que conduziu os trabalhos. Plenário Dr. Octávio Viscardi, data supra.

Link da audiência no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=ML-ogVEYOEM>

EMERSON PEREIRA
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

